



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO EM ESTUDOS SOBRE URBANIZAÇÃO REGIONAL

Flávio José Rodrigues de Castro (MOM/EAUFGM) - fjrcastro@gmail.com

Formado em Arquitetura pela UFGM. Especialista em Geoprocessamento pela PUCMinas. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU/UFMG.

O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO EM ESTUDOS SOBRE URBANIZAÇÃO REGIONAL

A contabilidade e a burocracia procedem por decalques: elas podem, no entanto, começar a brotar, a lançar hastes de rizomas, como num romance de Kafka. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 33)

É prudente começar este artigo pelo esclarecimento dos termos envolvidos no seu título. Faço isso de trás para frente, informando o que entendo por região, quais processos de urbanização são objeto de estudo, o que defino como método histórico-crítico e como a interrelação constelar entre esses elementos compõem, concretamente, uma sintaxe lógica.

REGIÃO

A ideia de região não corresponde aqui a um território demarcado por uma divisão administrativa ou a validação dos limites de certa homogeneidade geográfica. Não se refere a um bioma nem a uma macrorregião nacional, uma meso ou uma microrregião, nos termos do IBGE¹. Não tomo região como coisa dada *a priori*, mas como espaço socialmente produzido, como território que espacializa ou regionaliza determinado processo social², conformando mutuamente — a região e o processo social —, numa escala compartilhada, uma totalidade. Visto dessa forma, uma região não tem contornos rígidos; pode tê-los ou não e isso não altera as suas propriedades. Também não é estável; pode sê-lo ou não, na medida em que o sequenciamento do processo social, ao longo do tempo, pode assumir diferentes espacialidades e, portanto, determinar reconfigurações progressivas do *corpus* regional.

Um processo social expressa-se na organização e na divisão do trabalho em um território. Aproprio-me do conceito marxiano de formação econômica da sociedade³, em sua atualização espacializada por Milton Santos⁴ como *formação socioespacial*, como recurso analítico para conhecimento desse processo social. "O modo de produção seria o 'gênero', cujas formações sociais seriam as 'espécies'; o modo de produção seria apenas uma

XIX ENANPUR

possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*⁵. A maneira *realizada*, concreta e particular, com que essa formação se dá historicamente em determinado território, de forma recíproca, diz tanto dessa formação como diz desse território.⁶

Em síntese: pesquisando a formação socioespacial — as opções feitas pelo capital para ampliar a sua capacidade de extração de mais-valor⁷, a maneira como ele impõe a divisão do trabalho e determina a movimentação de massas humanas —, depara-se inexoravelmente com a sua amplitude espacial — ou seja, regional — em determinado tempo histórico. É a esta região que me refiro.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Admito aqui a virtualidade do processo de urbanização enunciada por Henri Lefebvre, na perspectiva da *sociedade urbana*. Alinho-me igualmente ao conceito de *urbanização extensiva* da obra de Roberto Monte-Mór. De um lado, tem-se “o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (...) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente”.⁸ De outro lado, tem-se a “urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano industrial”.⁹ Em ambos os casos, tem-se a descrição da urbanização como um processo de ordem geral, que acumula força nas centralidades urbano-industriais metropolitanas, a partir de onde, por sua maior intensidade, se irradia para o território global, desde os lugares próximos até os rincões mais distantes. Nesse horizonte geral, o processo urbano mostra-se, de fato, único e irrefreável.

De outro ponto de observação, no entanto, o mesmo processo, aparentemente monovetorial — no sentido da metrópole ao último rincão — perde linearidade e apresenta complexidade maior. O conhecimento do processo de urbanização em regiões não metropolitanas indica que fatores particulares são determinantes, antecipando-se muitas vezes à irradiação direta da metrópole, dando lugar a uma multivetorialidade muitas vezes não visível na ótica superior.

XIX ENANPUR

Observa-se aí, portanto, um recorte territorial discricionário: para além das metrópoles, o interesse de estudo está em como o processo de urbanização ocorre efetivamente em *regiões não metropolitanas*: quais as forças motoras incidentes, como a rede urbana se adensa e se hierarquiza, qual a natureza das relações cidade-campo e interurbanas e como essa urbanização regional lida com o processo de metropolização.

Há uma linhagem de estudos dessas regiões muito profícua e relevante, que se marca por uma tendência diagnóstica e por adotar como objeto principal de análise as estruturas urbanas não metropolitanas — as cidades médias, em destaque, e as pequenas cidades. Na conceituação desses objetos, há apropriações regionais, mas o ponto de partida e de chegada não está na região, mas nessas cidades e em sua funcionalidade e hierarquia na rede urbana. Essa diagnose leva a descrições minuciosas sobre o *estado das coisas* dessas cidades e dessa rede, o que responde bem algumas perguntas, mas não responde outras. Responde, em sua essência, o que uma coisa é, mas não responde como ela se formou e por que se tornou o que é. Tampouco vislumbra o que poderá vir a ser. Perguntas dessa outra espécie remetem ao conhecimento da *dinâmica das coisas*, de uma consideração necessariamente processual, de base historiográfica.

A PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

A perspectiva historiográfica tem esse endereçamento: o de não se dar por satisfeita com o conhecimento do *estado das coisas*, mas de indagar pela *dinâmica* que, historicamente, permitiu que se alcançasse aquele estado, conhecido então em sua essência final.

Essa perspectiva caracteriza-se por algumas escolhas fundantes. A primeira relaciona-se ao recorte territorial alargado: não o objeto urbano, mas a sua região. O processo social que, ao longo dos anos, determina o surgimento de uma cidade média¹⁰, por exemplo, não se circunscreve ao contexto municipal, mas precisa ser descrito em toda a sua extensão territorial, até onde for necessário para compreender a formação da rede urbana e a eclosão daquela cidade — e não outra da mesma rede — como cidade média. Ou seja, trata-se de identificar as circunstâncias históricas concretas que impuseram determinada divisão regional do trabalho e desigual instauração das condições gerais de produção capitalista, dentre essas condições, a formação das próprias aglomerações urbanas.¹¹

XIX ENANPUR

A segunda diz respeito ao recorte temporal. O recorte usual dos estudos sobre cidades médias e pequenas atém-se à contemporaneidade, especialmente aos últimos 50 anos. Esse recorte é suficiente para o entendimento da sua essencialidade, mas não da sua historicidade. Para tanto, é necessário compreender a formação socioespacial desde a origem da ocupação regional, que contextualiza e explica o processo social atual.

A formação socioespacial não se resume, assim, à descrição conjuntural da organização da produção e do trabalho de uma região, nos dias de hoje. Ela requer o conhecimento das suas bases estruturais e históricas, de como o regime de propriedade da terra, a estratificação social e as relações de trabalho foram se desenvolvendo e impregnando, de forma particular, a cultura regional. Inevitavelmente, há que se recorrer ao período colonial, ao final do qual, com efeito, as bases da contemporaneidade foram estabelecidas.¹²

A transdisciplinaridade representa a terceira escolha. Desde a origem, a noção de "cidade como processo"¹³ vincula-se a uma abordagem generalista que avança por vários campos disciplinares. Pressupõe-se aqui o trânsito por interpretações de ordem demográfica, econômica, sociológica, política e da cultura material do fenômeno de urbanização regional pesquisado, na ambição de capturá-lo em sua totalidade. Essas abordagens fazem da história urbana parte indissociável da história regional, como ponto de convergência de múltiplos campos: da história demográfica, da história econômica, da história social etc.

A última escolha relaciona-se à incorporação de uma perspectiva crítica que conduz o estudo para além do diagnóstico do objeto e o obriga a enveredar pelo caminho das suas contradições. Essa abordagem reconhece a inexorabilidade do processo de urbanização, mas nega a sua imutabilidade e o seu determinismo em direção a um pretenso e virtuoso progresso, explorando possibilidades para sua transformação.

A PERSPECTIVA CRÍTICA

A exploração teórica sobre a *dinâmica das coisas* não representa, por si só, uma ruptura com uma visão historiográfica tradicionalista, especialmente se essa exploração se subordina à lógica da legitimação da ordem vigente ou, em sentido oposto, fugindo a esse

XIX ENANPUR

conformismo, se ela se desvia e apela a possibilidades imateriais e utópicas. Diferentemente, a perspectiva crítica proposta rompe com coisa e outra ao entender que o seu “sentido não deve ser buscado na reprodução da sociedade atual, mas na sua transformação” e assume um comportamento orientado para a emancipação dessa sociedade¹⁴, ainda que essa emancipação, no estágio presente do capitalismo, pareça intangível.

O método histórico-crítico, por princípio, não se atém ao registro da sequência de fatos, quase que de uma maneira biológica, para obtenção de uma narrativa estatística capaz de explicar a realidade regional e urbana e seus tempos históricos, mas — ainda que o faça e ao fazê-lo — dedica-se a perscrutar permanentemente por forças e antiferças, desigualdades, injustiças, imposições e sujeições imanentes ao processo de organização do trabalho, sob o modo de produção capitalista.

Essa perspectiva tem uma dicção de sotaque benjaminiano ao negar um historicismo oportunista (“o prostíbulo do Historicismo”) e uma ideia de progresso que a tudo justifica (“Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é esta tempestade”). Trata-se, então, de cumprir a tarefa de “escovar a história a contrapelo” e revolver e desvelar o amontoado de escombros sobre o qual está erigido o presente, de maneira a mobilizar a memória para, em seu fluxo, colocar esse presente em questão.¹⁵

Essa visão crítica e a transdisciplinaridade são escolhas intrinsecamente vinculadas, na medida em que o comportamento crítico requer a compreensão da realidade regional não em partes dissociadas, mas em sua totalidade. Juntas, essas escolhas levam à adoção consciente de certa *impureza metodológica* por força de duas razões epistemológicas. A primeira, de que a rigidez formal do método é uma das bases da excessiva especialização do conhecimento que, ao final, serve ao entendimento pretensamente neutro do processo social e efetivamente utilitário na justificação do seu *status quo*.

A segunda razão refere-se à necessidade de dar visibilidade à pluralidade dos atores sociais que determinaram a ocupação e a urbanização regionais. No Brasil, não se tem tradição em história regional e a história urbana — ou as *biografias urbanas* — são

XIX ENANPUR

devotadas usualmente ao relato de grandes feitos e grandes personagens da vida das cidades. As fontes habituais da história conduzem a narrativas oficiais em que a grande massa populacional — o homem comum — está ausente.

Contra-pondo-se à especialização, à fragmentação e à elitização da história regional, a perspectiva historiográfica a que me refiro lança mão de fontes primárias (especialmente pela apropriação da *história oral*) e secundárias (da *história escrita*), para construção, por múltiplas associações, aproximações, especulações e confrontos, de uma narrativa nova e particular sobre o tema.

A definição metodológica, enfim, não pode evocar o rigor formal como pretexto para não enxergar a realidade em seu todo e continuar a produzir uma história parcial. Ela deve favorecer, tanto quanto possível, a produção daquilo que Thompson chamou de “história vista de baixo”¹⁶ e descreveu de maneira elucidativa quando tratou da formação da classe operária inglesa:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e profissões podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria existência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.¹⁷

A BIOGRAFIA DO SERTÃO CENTRAL DE MINAS

O nexos sintático na relação entre esses conceitos revela-se na sua aplicação concreta e na nova narrativa do processo de urbanização que ela propicia, como no caso paradigmático do sertão central de Minas.

O sertão central não é uma região administrativa nem um espaço geográfico cujo padrão de homogeneidade encerra-se em si mesmo. Ele é a parte central — como o nome diz — do sertão ou do cerrado mineiro, imediatamente a Norte da região das *minas*, na porteira

XIX ENANPUR

dos *gerais*, onde se têm as “formações calcárias do rio das Velhas, salpintadas de lagos, solapadas de sumidouros e ribeirões subterrâneos” e a partir de onde, “a região montanhosa de Minas se vai prendendo, sem ressaltos, à extensa zona dos tabuleiros do Norte”.¹⁸

Esse sertão pode ser alcunhado também de sertão do rio das Velhas, a fração de sertão pra cá do rio Urucuia¹⁹, que antecede o do rio São Francisco propriamente, o de Unai e o de Montes Claros e, rio abaixo, os intermináveis sertões nordestinos. Referencialmente, pode ser tomado como constituído pelas microrregiões de Sete Lagoas, Curvelo e Três Marias.²⁰

Parte indivisa dos sertões sem fim, uma das distinções do sertão central está no fato de ele se conformar no *corpus* territorial que espacializou — ou regionalizou —, na segunda metade do século XX, quando a urbanização regional se intensificou, o processo social determinado pela ação de capitais na região que fizeram mover três economias, de forma sincrônica e integrada: a do carvão, a do agronegócio e a do ferro-gusa.

A historiografia urbana tradicional propõe uma narrativa parcial do processo de urbanização que sobrevaloriza centralidades urbanas. Cega ao processo regional, ela isola, por exemplo, Sete Lagoas e parece crer que a sua urbanização adveio de um esforço endógeno, conduzido pelas elites locais, ampliado pela penetração de fatores externos acidentais. Nessa perspectiva urbana, à astúcia dessas elites seria atribuído o desvio da trajetória da Rede Ferroviária, deixando as margens do rio das Velhas para atravessar a cidade de Sete Lagoas, ao final do século XIX. A ferrovia teria, então, determinado a sua liderança regional. A economia têxtil e leiteira teria suportado o desenvolvimento da cidade, na primeira metade do novecentos, até o surgimento da indústria do ferro-gusa, considerada apenas em suas feições urbanas, na segunda metade, intensificando o seu processo de urbanização. A descontextualização dessa versão dos fatos faz dela apenas uma meia-verdade e favorece uma interpretação imprópria do processo de metropolização, determinado pela proximidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O método histórico-crítico não apenas chega a uma narrativa diversa, como acaba por colocar em questão os fatos propriamente, subtraindo deles qualquer sentido de

XIX ENANPUR

ocasionalidade, de coisas movidas a sorte ou heroísmo. As três economias que transformaram e urbanizaram a região ao final do novecentos, com efeito, não decorreram de uma feliz coincidência, mas fundaram-se em uma particular formação socioespacial; a mesma formação que, em sua evolução, viria a estabelecer as condições materiais objetivas para o processo de globalização regional, às vésperas do século XXI.

A formação socioespacial do sertão central de Minas foi marcada, desde a sua origem, no final do século XVII, pela pata do boi. Trazido do Sul pelas bandeiras ou vindo pelos currais que subiram o São Francisco e alcançaram o rio das Velhas²¹, desde os sertões nordestinos, o gado foi o elemento colonizador por excelência da região, com a estrutura fundiária e as relações de produção que lhe são próprias. Por estrutura fundiária entenda-se a prevalência da grande propriedade, seja pela origem nobiliárquica de acesso a terra, seja pela própria natureza da atividade pastoril, cuja cultura rudimentar em terrenos rústicos de cerrado requeria “dilatados latifúndios” para a criação extensiva. Então, “abriram-se desde o alvorecer do século XVII, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora”. E mais: “os possuidores do solo (...) eram ciosos dos dilatados latifúndios, sem raias, avassalando a terra”.²²

E considere-se nas relações sociais estabelecidas nas fazendas pastoris a presença indelével do servilismo próprio ao modo de acumulação primitiva: a exploração da mão de obra escravizada — ainda que não na mesma intensidade das fazendas de lavoura e dos engenhos — e a submissão de vaqueiros e fábricas, “nascendo e morrendo na mesma quadra de terra — perdidos nos arrastadores e mocambo; e cuidando a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que não lhes pertencem”.²³

A produção de carne para abastecimento da região mais urbanizada das minas, no apogeu e no declínio do ouro, e a sua condição de área de passagem, entre os caminhos da Bahia e de Goiás, a Norte, e os Velho e Novo, a Sul, inseriram o sertão central, desde o início, no mercado interno provincial, qualquer que tenha sido seu porte e sua capacidade de acumulação endógena, dando início à formação de um capital mercantil regional.

E a população pobre? Sem contar a população escravizada, sabe-se que, no tempo de Couty, metade da população livre do Império era pobre e tida como vadia.²⁴ Essa

XIX ENANPUR

população ou se submetia a formas de trabalho servis permanentes ou ocasionais ou adentrava os sertões para o apossamento de terras. No final do século XIX, quase metade das terras da província de Minas Gerais eram, então, ocupadas por posseiros.²⁵ Provavelmente, com grande intensidade no sertão central por sua maior acessibilidade a partir das áreas urbanizadas das minas e do Sul.

O regime de propriedade, a dominação e o servilismo — mesmo com a superação tardia do escravismo —, o caráter de região de passagem e a presença de uma maioria de pessoas pobres e alijadas da vida econômica e social transpõem os séculos e adentram o novecentos.

Na ótica regional e histórica, nada dá crédito a *inputs* acidentais que teriam propiciado o desenvolvimento da centralidade de Sete Lagoas. As bandeiras do século XVII e XVIII, o gado e o comércio do XVIII e XIX, a era ferroviária do final do XIX, as primeiras indústrias, no início do século XX, e o rodoviarismo, o carvão, o agronegócio e o ferro-gusa, ao seu final, encadeiam um processo secular e bastante bem engendrado de colonização do sertão pelo poder hegemônico colonial, pós-colonial e capitalista moderno, privado e estatal. A urbanização, ao seu tempo e a um só tempo, é motor e resultado desse projeto colonizador.

O campo e a cidade, os processos agrários e os processos estritamente urbanos não são coisas distintas, nem meramente articuladas: o campo e a cidade são, na verdade, expressões espaciais espelhadas de um mesmo e único processo social, que conforma uma totalidade. Até a transição dos séculos XIX e XX, esse processo foi impulsionado por um gene rural; desde então, progressivamente, ele incorporou um gene eminentemente urbano; numa inflexão a partir dos anos 1960, esse gene urbano tornou-se dominante e transformou a natureza das estruturas rurais e intensificou o próprio processo de urbanização. Teve-se, então, um processo cíclico: a siderurgia concentrou-se em Sete Lagoas por sua capacidade de magnetizar a produção oligopsônica de carvão; ela ativou enormemente a queima do cerrado não só no sertão central, mas Norte acima; o cerrado destocado abriu chão para o agronegócio e a oligopolização do campo, que se valeu de nova tecnologia de correção de solos (também de gene urbano) que mudou a paisagem rústica sertaneja; a consequente proletarização do campo desterritorializou e martirizou

XIX ENANPUR

uma multidão de pessoas da região que migrou para as periferias e indústrias setelagoanas.

Esse processo social encontrou na formação socioespacial do sertão central elementos essenciais. Havia riqueza acumulada nas grandes propriedades rurais regionais capaz de financiar as primeiras indústrias têxteis, ainda não urbanas, no entardecer do século XIX. A propósito, como regra no país, essa migração de riqueza em busca de novas oportunidades de negócio nas cidades acentuou-se com o declínio da até então rentável atividade escravocrata.²⁶ As indústrias urbanas do sertão central, do início do novecentos, foram todas de base rural — além do algodão, o leite. As transformações urbano-industriais mais intensas, na segunda metade desse século, não encontram explicação à margem dessa profunda ruralidade regional. No caso do ferro-gusa, a sua vertente florestal, ainda que menos visível, foi tão ou mais importante do que os seus altos-fornos urbanos. Dos “dilatados latifúndios”, sertão afora, e das matas de cerrado, veio o carvão metabolizado nos seus fornos rústicos e convertido em cidade; das famílias pobres perdidas no cerrado vieram as mãos e os corpos, até de crianças, cobertos de fuligem à beira dos fornos rabo-quente; da multiplicidade de pequenas posses de terra de baixa densidade econômica veio a assimetria de forças que permitiu a reconcentração fundiária do emergente agronegócio; da oligopolização do campo e da proletarização do trabalhador rural veio a extraordinária massa humana desterritorializada que ocupou a periferia urbana de Sete Lagoas. O desempenho histórico do campo, da rede de cidades e de Sete Lagoas, como cidade média emergente, foi um fenômeno único, determinado pela desigualdade intrínseca à divisão regional de trabalho, à mercê do capital, inicialmente, oriundo da própria região, depois, nacional e global.

A LÓGICA DO RIZOMA E A LÓGICA DA METÁSTASE

A investigação do processo social que move o processo de urbanização regional, por meio do método histórico-crítico, não tem finalidade classificatória; não deseja estabelecer padrões de cidades, mesmo padrões de cidades médias como sua feição mais representativa. Ela não se orienta a definir novas categorias urbanas, para além das metrópoles, como novas expressões da modernidade, como resultado exitoso da marcha épica de uma noção otimista de progresso, como parte indissociável do processo de

XIX ENANPUR

urbanização global que deixa para trás áreas metropolitanas colapsadas e degradadas e avança sobre novos territórios, postos como oásis de prosperidade, sustentabilidade e qualidade de vida, onde seria possível vislumbrar dias melhores. Ao contrário, essa investigação no caso do sertão central põe em questão essa narrativa e indica a ocorrência, no processo de urbanização não metropolitana, relativamente ao paradigma determinado pela metrópole, de uma realidade muito mais complexa, dividida paradoxalmente entre a distinção e a replicação; a distinção rizomática e a replicação metastática.

Por um lado, a intensidade do fenômeno metropolitano determina estruturas urbanas verticalizadas, com características imanentes, potencialmente comuns a todas elas. Não sem razão, os discursos categóricos de Edward Soja²⁷ — a “metrópole industrial pós-fordista”, com novos padrões de território urbano determinados pelo crescente poder da flexibilidade; a “Cosmópolis”, o espaço urbano global sem limites; a “Exópolis”, a cidade polimórfica que se expande sobre suas periferias e subúrbios; a “Cidade Fractal”, o mosaico híbrido e desigual; o “Arquipélago Carcerário”, a cidade do urbanismo obcecado pela segurança; e a “*SimCity*”, o simulacro hiper-realista — descrevem características universais da metrópole *per se*, independentemente do lugar da sua radicação, e são passíveis de aplicação tanto a Los Angeles quanto a Belo Horizonte, por exemplo, sem perderem o seu nexo com a realidade objetiva.

Distintivamente, na região não metropolitana depara-se com uma classificação horizontal diversa, influenciada fortemente por fatores extrínsecos. Aspectos localizacionais e funcionalidades conjunturais decorrentes de uma adaptação socioeconômica ao ambiente determinam a tipologia dessas regiões e de suas cidades. Se o campo é externo à metrópole e tem baixo potencial de interações com a sua verticalidade; na região não metropolitana o campo é próprio à sua horizontalidade, determinando uma relação compulsória de transformações por interatividade e reciprocidade.

David Shane²⁸, em estudos sobre teoria e desenhos urbanos, e François Archer²⁹, sobre dinâmica metropolitana, fazem evocações metafóricas ao *rizoma*, inspirados em Deleuze e Guattari.³⁰ Nessa metáfora, a oposição deleuziana entre a noção de raiz e a de rizoma ou de decalque e de mapa é bastante útil para ilustrar também a distinção que defendo entre metrópole e região não metropolitana.

XIX ENANPUR

Deleuze e Guattari atribuem uma série de significados associados à natureza biológica do rizoma: ao contrário da árvore ou da raiz que se fixa num ponto e define uma ordem, o rizoma move-se por conexões, por “linha de fuga ou de desterritorialização”, definindo uma multiplicidade de linguagens, sob a marca da permanente adaptabilidade. Nesses termos, se a árvore, a arborescência, as raízes pivotantes são coisas replicáveis, são decalque; o rizoma é cartográfico, é performance, é mapa. Assim sendo, é próprio dizer que as estruturas pivotantes que operam por decalque, por replicação, marcam as regiões metropolitanas e, opostamente, as estruturas rizomáticas, que operam por mapeamento, por adaptação, marcam as regiões não metropolitanas. Com o mesmo espírito, em outras palavras, inspirando-se na diferenciação colonial de Alberto Guimarães³¹, respectivamente, entre o *engenho*, enquanto unidade autônoma que se impunha ao meio geográfico, preservando semelhanças, estivessem eles no Sul, no Centro ou no Norte da colônia, e a *fazenda pastoril*, que se desdobrava em múltiplas feições, em função de sua maior suscetibilidade às alterações mesológicas; então, reforçando o simbolismo, região metropolitana é engenho e região não metropolitana é fazenda pastoril.

Por outro lado, essa relativa distinção do fenômeno não metropolitano não o torna imune às influências da metrópole, não o coloca à margem da ordem global do processo de urbanização preconizado por Lefebvre³². A pesquisa sobre o sertão central evidencia que a contaminação metropolitana se acelera quando o processo social sobre o território não metropolitano, independentemente da distância até o centro da metrópole, passa a ser financiado não mais apenas por capitais regionais, mas por novos capitais externos, metropolitanos e globais, direcionados não apenas ao mundo das cidades e às suas indústrias, mas também ao mundo rural e às operações promovidas pelo agronegócio. O sertão central é enfático em testemunhar essa realidade: contradizendo a versão tradicional que vê nos processos industriais intraurbanos a causa central da reconfiguração das cidades, aqueles processos rurais não desempenham papel menor e ambos têm um caráter metastático.

Archer³³ também se apropria da metáfora da metástase para explicar a sua formulação de expansão metropolitana em rede em *hubs and spokes*, em contraposição ao sistema urbano christaleriano, mas o faz apenas em sentido estritamente morfológico, como um foco capaz de ser reproduzido a distância. Diferentemente, faço aqui uma analogia

XIX ENANPUR

patológica, de algo que se reproduz a distância, mas só a partir de células doentes, tomadas por neoplasia ou por processo infeccioso e — o mais importante — que carrega consigo o efeito deletério da patologia de origem.

Estudos clássicos tendem a acreditar na instauração de uma nova ordem econômica sustentável nas cidades médias³⁴, na medida em que os capitais nelas se refugiam em busca de novas economias aglomerativas, dada a crescente deseconomia das metrópoles. A realidade põe por terra esse idealismo e evidencia que, no espaço regional, o ingresso de capital metropolitano e global desarticula modos de vida tradicionais e históricos, oligopoliza o campo, desterritorializa, proletariza e empobrece as pessoas; nas pequenas cidades, subnutre pequenas iniciativas econômicas descentralizadas e amplia a relação de dependência; e nas cidades médias, implode e explode a sua estrutura, fragmenta e periferiza seu espaço. Enfim: esses capitais transformam o espaço regional, sob a marca da desigualdade, importando o mesmo modelo degradatório social e ambiental com que ele colapsou o espaço metropolitano. Há aí uma obviedade: o modo de produção capitalista não se reinventa e tampouco adquire virtudes improváveis por mera migração territorial, quando os seus propósitos acumulativos são invariáveis.

O RESGATE DO SERTÃO

Quarenta anos de economias combinadas de carvão, gusa e agronegócio reconfiguraram inteiramente o espaço regional do sertão central de Minas. Uma das faces visíveis dessa nova configuração está na profunda desigualdade da sua rede urbana, marcada por um conjunto de cidades com baixíssima taxa de urbanização, estruturadas numa relação de dependência com poucas cidades de maior porte e, todas elas, com Sete Lagoas, que passou a ocupar um papel de proeminência e dominação regional. Às vésperas do século XXI, a força aglomerativa isolada e desigual alcançada por Sete Lagoas projetou-a no chamado *mercado das cidades*, como destino de capitais transnacionais. Ela, então, diversificou o seu parque industrial como um polo automotivo, capitaneado pela presença da IVECO, um polo alimentício e de bebidas, sob a liderança da AMBEV e da ELMA CHIPS, e um polo cimenteiro, dirigido pelo Grupo Brennand.

A historiografia clássica segue narrando o progresso setelagoano como o resultado alvissareiro da habilidade de sua elite política e empresarial, creditando, por exemplo, a

XIX ENANPUR

vinda da primeira dessas empresas — a IVECO, então IVECO-FIAT — à benemerência do então governador do Estado, de raízes familiares locais, ignorando os fatores reais e objetivos dessa decisão corporativa, tomada não em Sete Lagoas, mas na metrópole: a racionalidade logística pela proximidade com o polo FIAT em Betim, a economia aglomerativa ofertada pela cidade e, em especial, a compatibilidade com a política de modernização do setor automotivo nacional que, então, promoveu uma descentralização territorial de diversas plantas fabris, em todo o país.³⁵

Em 2010, numa matéria especial sobre cidades médias, “aonde o futuro já chegou”, Sete Lagoas é apresentada emblematicamente pela revista VEJA³⁶, de circulação nacional, como *O Balneário Industrial*: uma cidade capaz de reunir, de um lado, “o frenesi do anel industrial que a circunda” e, de outro, a tranquilidade de um cenário bucólico de casas de veraneio, a beira de lagos, ocupadas por uma elite ávida por consumo de luxo. Sem qualquer dúvida, tem-se aí uma versão idílica sem nenhuma aderência com a realidade — Sete Lagoas jamais foi um balneário, suas lagoas não são banháveis e tampouco há tradição de abrigo de casas de veraneio —, mas inteiramente compatível com uma nova imagem urbana que, estrategicamente, se deseja projetar.

Ou seja, mais do que simples arroubo jornalístico, tem-se no *balneário industrial* a expressão ideológica por meio da qual o novo capital vindo da metrópole propõe uma nova narrativa pós-histórica, uma narrativa que restaura a fachada do edifício urbano e regional, emprestando-lhe feições contemporâneas, e invisibiliza as suas fundações coloniais e os seus porões agrários.

As contradições urbanas, a pobreza periférica, o esgarçamento do tecido edificado de Sete Lagoas, os impasses ambientais são invisíveis a essa nova narrativa. Mas, sobretudo, são tornados invisíveis o seu passado e o seu vínculo com o sertão central, lançados nos escombros da história, como se os corpos dos trabalhadores que transitam hoje nos ambientes robóticos das novas indústrias não fossem herdeiros naturais e legítimos dos corpos das crianças cobertos de fuligem de carvão, no último rincão do sertão, ou dos corpos sertanejos que vieram, de toda parte, extrair gusa nos altos-fornos, à beira da BR-040. Como se os gêneros de vida humana que os capitais regionais e depois globais

XIX ENANPUR

desterritorializaram e induziram a vir formar a cidade média não fossem aqueles, como afirma Prado Junior³⁷, iguais em qualquer sertão.

Na perspectiva historiográfica-crítica, o resgate da história regional do sertão central como fundamento da história urbana de Sete Lagoas, sem o que esta não se explica, rompe necessariamente com a historiografia clássica posta a serviço do capital e persegue “uma concepção da história que evite toda e qualquer cumplicidade com aquela a que esses interesses políticos continuam a se apegar”.³⁸ Ao fazê-lo, ela não apenas faz uma remissão ao passado, mas acaba por colocar em questão também o futuro. Ora, se as profundas contradições que hoje habitam o chão setelagoano — que destitui a maioria da sua população dos direitos à cidade e conforma uma cidade imaginária apenas para uma minoria — não tem suas causas apenas no ingresso relativamente recente do capital global no âmbito restrito dos domínios municipais, mas retroage a tempos imemoriais e adentra o sertão, então, o futuro também está fadado a trilhar esse caminho e resgatar esse sertão.

Se o processo social que determina a mobilização de pessoas e capitais e elenca as variáveis determinantes da produção e ocupação do espaço das cidades é de amplitude regional, então, a condição de reabilitação da crença em espaços urbanos com sustentabilidade socioambiental, passa necessariamente por revolver os escombros da história da região, suas contradições e desigualdades, e submeter as ações locais — mesmo das cidades hegemônicas — à lógica dessa totalidade territorial.

Ao fim e ao cabo, a abordagem historiográfica aqui adotada favorece, nessa direção, a ruptura com duas vertentes da tradição prevalecente do planejamento urbano: uma, a ruptura com a visão exclusivamente municipalista, que teima em acreditar que medidas de âmbito local são capazes de subverter a ordem dominante regional, quando em realidade só a reforçam; outra, a ruptura com a natureza metropolcentristas dos instrumentos legais disponíveis, que desconhece as distinções da realidade rizomática da urbanização não metropolitana e acaba por conferir ao planejamento um caráter imaterial e inaplicável, incapaz de mobilizar forças efetivas de transformação.

NOTAS

¹ IBGE, *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*, 1990.

² CORAGGIO, José Luis. *Sobre la espacialidad social y el concepto de región*. Centro de Estudios Económicos y Demográficos, El Colegio de México, 1979.

³ Sobre formação econômica e social ver: SERENE, Emilio. De Marx a Lenin: a categoria de “formação econômico-social” [1970]. Tradução por Nathan Belcavello de Oliveira. *Meridiano – Revista de Geografia*, n.2, versão digital, 2013

⁴ SANTOS, Milton. Society and space: social formation as theory and method. In: *Antipode*, v.9, n.1, pp. 3-13, 1977; *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979; *Da totalidade ao lugar* [2002]. 1ª Ed. 3ª Reimp. São Paulo: EDUSP, 2014.

⁵ SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 13.

⁶ Santos (Ibidem, p.28) defende que essa totalidade só se dá no âmbito de um Estado-Nação. Adotando o conceito de formação socioespacial de Santos, diferentemente, Corrêa (CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana* [2004]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015) admite sua aplicação em espaços subnacionais. Mesmo que uma formação socioespacial, em suas características gerais, não seja exclusiva de uma região, o meu entendimento é de que nessa região ela adquire feições particulares, alcançando um sentido de totalidade, posta como “diversidade na unidade” (Ibidem, p. 282).

⁷ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital* [1867].

Tradução Rubens Enderle. 2ª.Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 293

⁸ LEFEBVRE, A *revolução urbana* [1970]. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 19.

⁹ MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, pp. 9/18, jul./dez.2006, pp. 15/17.

¹⁰ Defino *cidade média* como a aglomeração que atingiu escala superior de urbanização e de acumulação de condições gerais de produção industrial, decorrente da desigual divisão regional do trabalho, no contexto das transformações historicamente determinadas em sua formação socioespacial regional, que a coloca como um centro difusor do desenvolvimento capitalista de nível imediatamente inferior ao metropolitano, a partir das décadas finais do século XX.

¹¹ Sobre esse tema ver LOJKINE, Jean [1977]. *O estado capitalista e a questão urbana*. Tradução Estela dos Santos Abreu. 2ª.Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

¹² Diz Prador Junior: “Coloquemo-nos num terreno prático. Os problemas brasileiros de hoje [no caso, 1942], os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em questão há 150 anos”, tempo em que “a obra colonizadora dos portugueses [...] esgotara a suas possibilidades”, ensejando a “fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base”. (PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* [1942], 2011, pp.10/8)

¹³ SILVA, Luís Otávio da. Cidade e história: um olhar epistemológico. In: PINHEIRO, Eloísa P.; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. de (Orgs). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 151/173.

¹⁴ KORKHEIMER, *Teoria tradicional e teoria crítica* [1937], 1983, pp. 130, 131 e 138.

¹⁵ Essas citações de Walter Benjamin estão respectivamente nas teses XVI, IX e VII, em LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. pp. 128/87/ 70.

¹⁶ Jim Sharpe — SHARPE, *A história vista de baixo* [1991], 2011, p. 40 — credita essa expressão a E.P.

Thompson, em artigo intitulado “*History from below*”, publicado em *The Times Literary Supplement*, de 7 de abril de 1966.

¹⁷ THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa* [1963], 2020, p. 14.

¹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [1902]. São Paulo: Ubu Editora, 2016, pp. 19-20.

¹⁹ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas* [1956]. 11ª.Ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora J. Olympio, 1976, p. 9.

²⁰ IBGE, *Op.cit.*

²¹ MOREIRA, Ruy. *A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014, p. 14.

²² CUNHA, *Op.cit.*, pp. 63 e 107.

XIX ENANPUR

²³ Ibidem, p. 122.

²⁴ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* [1942]. 1ª.Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 298-299. Prado Junior se refere à obra *L'esclavage au Brésil*, de 1881, de Louis Couty; "no tempo de Couty" é, portanto, no final do século XIX, às vésperas da abolição da escravatura.

²⁵ MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM: ABPHE, 2018, p. 318.

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957

²⁷ SOJA, Edward W. [2000]. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.

²⁸ SHANE, David Grahame. *Recombinant Urbanismo: conceptual modeling in Architecture, Urban Design and City Theory*. London-UK: Wiley-Academy, 2007.

²⁹ ASCHER, François. *Métapolis ou L'Avenir des Villes*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.

³⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980]. Vol.1. 2ª.Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

³¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968. 258p.

³² *Op.cit.*

³³ *Op.cit.*

³⁴ Sobre a perspectiva sustentável das cidades medias, ver, em especial, MARQUES DA COSTA, Eduarda. Cidades Médias: contributos para a sua definição. *Finisterra*, v. XXXVII, n. 74, Lisboa, 2002. pp.101/128.

³⁵ Sobre esse tema ver BOTELHO, A. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço em um contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital. *GEOSP: Espaço e Tempo (Online)*, n.10, pp. 113/126, 6 jun.2001.

³⁶ *REVISTA VEJA*. São Paulo: Editora Abril, edição 2180, ano 43, n.35, pp. 75/132, 01/09/2010.

³⁷ *Op.cit.*

³⁸ Tese x de Walter Benjamin, em LÖWY, *Op.cit.*